



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

24

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0327738-9

APELANTE: Estado de Pernambuco

APELADO: Vera Lúcia dos Santos Fonseca

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. AUXÍLIO-FUNERAL. INCIDÊNCIA DA LEI ESTADUAL Nº 10.426/90. COMPROVADO O CUSTEIO DAS DESPESAS COM O SEPULTAMENTO DO SERVIDOR MILITAR FALECIDO, É DEVIDO O PAGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 65 DA LEI Nº 10.426/90. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO. 1. De proêmio, examinando a natureza do benefício denominado "Auxílio-Funeral", verifica-se que, na estrutura adotada pela Lei nº 10.426/90, o auxílio em apreço não se insere como vencimento (art. 3º, I), nem como indenização (art. 3º, II), mas como "outros direitos" previstos no Capítulo V, do Título II, da referida lei estadual. 2. Com efeito, o artigo 64 da Lei Estadual nº 10.426/90 o define como sendo o *quantitativo concedido para custear as despesas com o sepultamento do servidor militar*. 3. E, nos termos do mencionado diploma legal, para fins de cálculo do valor do auxílio-funeral, será considerado o soldo do posto ou graduação do servidor militar na inatividade, que vinha servindo de base ao cálculo dos proventos, não podendo ser inferior a duas vezes o soldo de cabo. 4. A respeito da sistemática de cálculo do auxílio, é certo que a Lei Complementar Estadual nº 32/01 não revogou as disposições ordinárias segundo as quais o valor do "auxílio-funeral" deve corresponder a duas vezes o soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido. 5. Analisando o âmbito de incidência do art. 1º da LCE nº 32/01, tem-se que o mesmo recai sobre parcelas remuneratórias, assim consideradas as "gratificações", os "adicionais", as "indenizações", e os "acréscimos pecuniários" percebidos, a qualquer título, por servidores militares, ativos ou inativos, e pensionistas. 6. Todavia, conforme visto, o "Auxílio-Funeral" trata-se de benefício que não é periódico e que não compõe a remuneração, os proventos ou as pensões, podendo, inclusive, ser pago a terceiro que custeie o sepultamento do ex-servidor, consoante previsto no art. 66, I, da Lei nº 10.426/90. 7. Nessa ordem de idéias, o "Auxílio-Funeral" revela-se prestação autônoma devida àquele que custear o sepultamento do servidor falecido, não sendo parcela remuneratória ou acréscimo pecuniário nos moldes do art. 1º, da Lei Complementar nº 32/2001. 8. Logo, o seu cálculo permanece regido pelos termos da Lei Estadual nº 10.426/90. 9. No caso dos autos, consoante o contracheque do *de cujus*, acostado por cópia às fls. 13, o valor do soldo de "Segundo-Tenente" (eis que o militar era aposentado no referido posto), no mês de seu falecimento (março de 2008), era de R\$ 2.377,35 (dois mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos), o qual, duplicado, corresponde a R\$ 4.754,70 (quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos). 10. De tal valor, devem ser abatidos os R\$ 325,14 (trezentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos) pagos à autora, conforme ordem de pagamento de fls. 12, o que resulta na diferença de R\$ 4.429,56 (quatro mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos). 11. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

CD



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

95

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0327738-9, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 18 de Junho de 2014 (data de julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0327738-9
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Vera Lúcia dos Santos Fonseca
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença que **julgou procedente** a ação ordinária proposta por Vera Lúcia dos Santos Fonseca, viúva de Segundo-Tenente da Reserva Remunerada da PMPE, contra o Estado de Pernambuco, objetivando o pagamento de diferenças não pagas a título de "Auxílio-Funeral", à vista do disposto no art. 65 da Lei Estadual nº 10.426/90.

Aduziu a autora, ora apelada, em suma, que, por ocasião do falecimento do seu companheiro, recebeu a título de "Auxílio-Funeral" o valor de R\$ 325,14 (trezentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos).

Acrescenta que, nos termos do art. 65 da Lei Estadual nº 10.426/90, o "Auxílio-Funeral" deve corresponder a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo de "Cabo PM".

Ao final, requereu a condenação da Fazenda Pública ao pagamento das diferenças que deixou de auferir, no montante de R\$ 4.754,70 (quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos).

A sentença de fls. 39/43 julgou procedente o pedido, para condenar o Estado a pagar a diferença requerida na inicial, a qual deve ter por base de cálculo o soldo do ex-militar na data do seu falecimento, nos moldes previstos no art. 65 da Lei nº 10.426/90.

Irresignado, o Estado interpôs apelo voluntário, às fls. 49/56, sustentando, em síntese, que a sistemática de pagamento do auxílio-funeral foi modificada após o advento da Lei Complementar nº 32/01, que passou a vedar a vinculação de qualquer vantagem remuneratória, parcela ou acréscimo pecuniário ao soldo, sendo certo que inexistia direito adquirido a regime jurídico por parte dos servidores públicos.

Em sede de contra-razões, às fls. 61/74, a autora pugnou pela manutenção da sentença *a quo*.

A douta Procuradoria de Justiça deixou de emitir parecer de mérito às fls. 86/87.

É o relatório no essencial. Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 28 de abril de 2011.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

26

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0327738-9
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Vera Lúcia dos Santos Fonseca
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, examinando a natureza do benefício denominado “Auxílio-Funeral”, verifico que, na estrutura adotada pela Lei Estadual nº 10.426/90, o auxílio em apreço não se insere como vencimento (art. 3º, I), nem como indenização (art. 3º, II), mas como “outros direitos” previstos no Capítulo V, do Título II, do referido diploma legal.

Com efeito, o artigo 64, da Lei Estadual nº 10.426/90 o define como sendo o *quantitativo concedido para custear as despesas com o sepultamento do servidor militar*.

No que tange a sua forma de cálculo, nos termos do mencionado diploma legal:

“Art. 65. O Auxílio-Funeral equivale a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo do Cabo”.

(...)

Art. 94. São extensivos ao servidor militar da reserva remunerada ou reformada, no que lhe for aplicável, os direitos constantes dos artigos 50 a 68 e 78 desta lei.

§1º Para fins de cálculo do valor do auxílio-funeral, será considerado o soldo do posto ou graduação do servidor militar na inatividade, que vinha servindo de base ao cálculo de seus proventos, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo de cabo”.

A respeito da sistemática de cálculo do auxílio em apreço, é certo que a Lei Complementar Estadual nº 32/01 não revogou as disposições ordinárias segundo as quais o valor do “*auxílio-funeral*” deve corresponder a duas vezes o soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido.

A propósito disso, transcrevo o art. 1º, *caput*, da LCE nº 32/2001, *in verbis*:

“Todas as parcelas remuneratórias, compreendidas como tais as gratificações, os adicionais, as indenizações, e quaisquer outros acréscimos pecuniários, a qualquer título, percebidos pelos membros da Polícia Militar do Estado, Casa Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado, sejam ativos, reformados, da reserva remunerada ou ainda as parcelas ou acréscimos que compõem as pensões dos pensionistas, passam a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001, sendo reajustáveis por lei específica ou por lei que disponha sobre revisão geral de remuneração dos agentes públicos estaduais, ficando expressamente vedada a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo”.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

07

Analisando o âmbito de incidência da norma, verifico que esta recai sobre **parcelas remuneratórias**, assim consideradas as “*gratificações*”, os “*adicionais*”, as “*indenizações*”, e os “*acréscimos pecuniários*” percebidos, a qualquer título, por servidores militares, ativos ou inativos, e pensionistas.

Todavia, conforme visto, o “*Auxílio-Funeral*” trata-se de benefício que não é periódico e que não compõe a remuneração, os proventos ou as pensões, podendo, inclusive, ser pago a terceiro que custeie o sepultamento do ex-servidor, consoante previsto no art. 66, I, da Lei nº 10.426/90.

Nessa ordem de idéias, tenho que o “*Auxílio-Funeral*” é uma prestação autônoma devida àquele que custear o sepultamento do servidor falecido, não sendo, decerto, parcela remuneratória ou acréscimo pecuniário nos moldes do art. 1º, da Lei Complementar nº 32/2001.

Logo, o seu cálculo permanece regido pelos termos da Lei Estadual nº 10.426/90.

No caso dos autos, consoante o contracheque do *de cujus*, acostado por cópia às fls. 13, o valor do soldo de “Segundo-Tenente” (eis que o militar era aposentado no referido posto), no mês de seu falecimento (março de 2008), era de R\$ 2.377,35 (dois mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos), o qual, duplicado, corresponde a R\$ 4.754,70 (quatro mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos).

De tal valor, devem ser abatidos os R\$ 325,14 (trezentos e vinte e cinco reais e quatorze centavos) pagos à autora, conforme ordem de pagamento de fls. 12, o que resulta na diferença de R\$ 4.429,56 (quatro mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e seis centavos).

À vista do exposto, **nego provimento** ao **reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a manter a sentença de primeiro grau na íntegra.

É o voto.

Recife, 18 de *Julh* de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello.
Relator